

Moção A9

MUTATIS MUTANDIS
“O DESAFIO”

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA

1º SUBSCRITOR: ARMANDO AGRIA CARDOSO SOARES

ÍNDICE

- I - PARA QUEM NÃO TEM PACIÊNCIA DE LER TUDO.
- II - O ESTADO EM QUE SE ENCONTRA PORTUGAL
- III - VALE A PENA ESCREVER MOÇÕES NOS TEMPOS QUE CORREM?
- IV - PARA UM GOVERNO AINDA MELHOR, 3 caminhos de futuro
 - 4.1. EDUCAÇÃO E CIÊNCIA E TECNOLOGIA
 - 4.2. DA FALTA DE EMPREGO, ÀS VERDADEIRAS SOLUÇÕES
 - 4.3. PROTECÇÃO CIVIL, (PREPARAR O VERÃO DE 2005)
- V - PSD FORTE, GOVERNO FORTE. PSD FRACO, GOVERNO FRACO.
 - 5.1. Como é que isso se faz
 - 5.2. Formar para ganhar
 - 5.3. Falar a verdade
- VI - POIS... JSD FORTE, PSD FORTE. JSD FRACA, PSD FRACO.
 - 6.1. Porque é a JSD essencial?
 - 6.2. Jamais trair os jovens portugueses
 - 6.3. Passar a mensagem
 - 6.4. Um militante, um contributo
 - 6.5. Detectar capacidades, integrar na estrutura
 - 6.6. Síntese do papel da JSD e motivação
- VII - A ESCOLHA DOS CANDIDATOS PARA AS AUTÁRQUICAS
- VIII – SERÁ QUE ALGUÉM LEU ISTO TUDO?

I Quis leget haec?

Porque se poderia fazer um resumo? Porque verdadeiramente Congresso após Congresso, em todos os Partidos Políticos e em todas as estruturas, se vota moção após moção sem na realidade se saber todo o seu conteúdo e porque é importante de uma vez por todas se terminar com a tradição de votar no “amigo e no enteado” sem de facto se perceber que ideias afinal constam nos documentos apresentados.

Este TEM que ser um Congresso de mudança, na seriedade dos meios e das acções, com clareza nos princípios e no modo de agir, sem falsos objectivos, sem cartas na manga.

Quem está na política activa deve sempre assumir as suas responsabilidades e sobretudo as suas opções de um modo claro, frontal e inequívoco.

Alargar horizontes e pensar no presente, descortinando o amanhã é o desafio que proponho como reflexão prioritária.

E obviamente que se fosse para resumir, esse seria o formato de toda a moção. Não é isso que se pretende.

Este deve ser um Congresso de trabalho, de pensar e repensar tudo.

E com seriedade... pensar em Portugal não vai lá com resumos.

“ÀS CLARAS” COMO NO VELHO PPD/PSD!

Mutatis Mutandis, (mudando o que deve ser mudado)... é esse o desafio.

II Apertis verbis

Portugal é como todos nós sabemos e como tem sido repetidamente dito e escrito, um país em mudança acelerada, num mundo ele próprio também em mudança.

Podemos afirmar sem margem de dúvida que nas últimas décadas, nós Portugueses vivemos grandes e extraordinárias alterações, muitas das quais apercebendo-nos da sua importância só passado um certo tempo e não quando as vivemos no imediato.

Transitámos de uma sociedade fechada, isolada e verdadeiramente estrangulada pela censura, para uma sociedade aberta à livre crítica e a todas as correntes de pensamento, mas aberta ao exterior e a toda a realidade europeia e mundial, coisa que não existia antes.

Com a nossa integração na União Europeia, algumas decisões que eram tomadas exclusivamente ao nível português, passaram a ser tomadas ao nível comunitário, o que representa sem dúvida uma viragem e uma diferença qualitativa extremamente importantes.

Todavia, com o alargamento da U.E. aos países de leste, deu-se um aumento da dimensão dos mercados, mas estabeleceu-se também um acréscimo de competitividade, pois estes países prosseguiram estratégias de desenvolvimento semelhantes à portuguesa, assentes nos baixos salários. Com a

entrada de novos países na U.E. a concorrência para a atracção de novos investimentos estrangeiros será mais voraz.

A economia portuguesa terá que saber aproveitar este período de ruptura paradigmática, em que é premente o domínio das tecnologias de informação, para tentar recuperar o “lag” que a separa das economias do norte da Europa.

Um outro desafio, consistirá numa modernização do nosso tecido empresarial acompanhado de um aumento de qualificações da mão-de-obra, que permita acréscimos de produtividade.

A aposta do nosso tecido empresarial terá igualmente de passar por uma aposta na qualidade e na diferenciação, o que implicará inevitáveis investimentos no campo da investigação e desenvolvimento.

É essencial estabelecer um pacto em que se esqueça o imediato e se olhe mais além, é essencial gerar um plano global que confira sentido aos sacrifícios e um rosto ao futuro.

Promete-se demais e cumpre-se de menos.

Consumem-se energias no imprevisto do remendo ao invés de se planejar com seriedade.

O edifício democrático está solidificado, mas não me parece que o povo se sinta encorajado ou até que acredite no valor da sua participação com o grau desejado, que é sem dúvida uma das traves mestras de qualquer democracia participativa.

Urge aproveitar a política e o seu exercício, como um instrumento de liberdade, onde é dito o que impera ser dito, onde se planeia hoje para se começar de facto a FAZER amanhã, onde a pessoa é tratada como um ser humano e não como um mero número, onde se pode continuar a sonhar e trabalhar com a finalidade de fazer mais mas também melhor, e não de fazer o mais possível, com a maior propaganda possível e com o menor esforço, com o menor tempo.

III Dulce est desipere in loco

Eu continuo a acreditar que **sim**.

De qualquer forma, verdade seja dita, que os Congressos de hoje em dia servem pouco para debater ideias e mais para legitimação dos líderes e das suas equipas.

Não discordo que também sirvam para isso, mas as ideias... as ideias têm MESMO que ser discutidas, escamoteadas, e as moções devem servir na realidade para dar corpo a tudo isso.

Também me parece importante que o que é aprovado tenha de facto seguimento.

Se determinada moção é votada favoravelmente e obtém aprovação, deve sem sombra de dúvida ser cumprido o seu propósito!

Senão de nada serviu a sua concepção.

Outro facto que me parece curioso, é a atenção incrível que merecem os Congressos de Revisão Estatutária em detrimento dos períodos para discussão das moções e

conferidos ao debate de ideias.

Por outro lado ainda, temos que adaptar condignamente e não maximizar desmesuradamente o propósito meramente televisivo do agendamento e posicionamento de determinadas ideias, de determinados oradores, da própria concepção do Congresso.

É que se verdade é que o “país está de olhos postos em nós”, também é verdade que os congressistas eleitos por todo o país, devem sem dúvida sair dos Congressos motivados e galvanizados para as grandes batalhas... e isso só será conseguido se houver seriedade.

Portanto, vale sempre a pena contribuir para o engrandecimento do PSD, mas também há que interpretar os sinais dos tempos...

IV Qui monet quasi adiuvat

4.1. Educação, Ensino Superior e Ciência e Tecnologia

Portugal apresenta grandes fragilidades na qualificação da sua população, sendo que grande parte ainda tem uma insuficiente literacia, face às exigências internacionais.

Outra questão prende-se na questão da avaliação das medidas tomadas só ser possível decorridos vários anos, ou mesmo uma década.

É hoje evidente, e vivendo-se numa época de ruptura paradigmática a importância da formação contínua e ao longo da vida, e a criação de sistemas de aprendizagem que possibilitem uma maior interacção com a sociedade (sistemas abertos).

Ciência e Tecnologia

Um elo extremamente importante na Investigação e Desenvolvimento é o que se estabelece entre e as universidades e o Sistema de Ciência e Tecnologia, e desta relação podemos constatar que existe ainda um certo atraso em algumas áreas nomeadamente, na área de investigação e inovação.

Apesar dos esforços realizados nos últimos anos, existe ainda muito trabalho por fazer, para que se encurte o hiato entre Portugal e os outros países.

Para que este diminua tem que se apostar não só na investigação, mas também na base de todo o sistema: o sistema de ensino e formação. Só com uma reforma deste se poderá ter recursos humanos qualificados, motivados e necessários a uma boa execução deste objectivo e, integrar mais activamente os circuitos de investigação internacional.

Uma reforma desta magnitude pode levar algumas gerações, no entanto, ao vivermos uma situação de ruptura paradigmática, poderemos aproveitar para formar recursos humanos de acordo com as novas necessidades de competências.

É imperativa uma mudança de mentalidades nos empresários portugueses, pois a ideia de que é necessário apostar na investigação e inovação internamente, ainda não está enraizada. Outra ideia a ser alterada é a de que as inovações advêm do

exterior através de acordos de cedência ou de compra.

O fomento da cooperação entre universidades e, entre estas e as empresas seria uma boa forma de potenciar o processo de inovação.

Não podemos esquecer a importância da partilha de conhecimentos a nível internacional, evitando o desperdício de recursos na área de investigação.

Propostas:

- ü Criação de mecanismos e formas de organização leves que permitam a permuta de pessoal dos estabelecimentos de ensino superior com as empresas
- ü Adopção de medidas que favoreçam a participação de pessoal de estabelecimentos de ensino superior na execução de trabalhos de investigação e consultoria em estreita ligação com o meio empresarial
- ü Criação de condições tendentes a promover a participação de quadros das empresas na docência do ensino superior

Área do ensino

Propostas:

- ü Incentivo à crescente introdução de estágios obrigatórios, devidamente avaliados, nos curricula das licenciaturas
- ü Promoção da abertura das empresas a estágios de estudantes que frequentem os últimos anos dos respectivos cursos
- ü Introdução dos temas “inovação e qualidade” nos curricula dos cursos do ensino superior
- ü Participação de representantes do sector empresarial em órgãos consultivos e deliberativos da organização curricular dos cursos ministrados

Área do ensino superior

Propostas:

- ü Estreitamento da relação entre a formação praticada no ensino superior e as empresas
- ü Organização de mestrados e doutoramentos na área da investigação industrial, propondo-se uma recomendação no sentido da criação de financiamentos nesta área
- ü Adopção de esquemas de organização de cursos de estudos superiores especializados e de mestrados, em regime de colaboração com as empresas

Área da Formação Profissional

Propostas:

- ü Organização de programas conjuntos de formação contínua
- ü Celebração de contratos entre os estabelecimentos de ensino superior, os laboratórios do Estado, os institutos de investigação privados sem fins lucrativos e as empresas, que beneficiem a formação profissional

Área da Investigação e Desenvolvimento e das Infraestruturas Tecnológicas

Propostas:

- ü Apoio claro, directo e eficaz a uma investigação aplicada com fins específicos
- ü Apoio aos consórcios entre instituições de ensino superior e empresas para acções de investigação e desenvolvimento tecnológico e para candidaturas a programas de incentivos
- ü Organização, em forma de rede, das infra-estruturas tecnológicas existentes ou em criação, orientada por princípios de coerência e homogeneidade, nomeadamente em termos de sistemas de informação
- ü Incentivos à criação de bases de dados e redes de informação com interesse para a indústria

Área da internacionalização

Propostas:

- ü Apoio a acções de cooperação entre instituições científicas a nível nacional e internacional
- ü Incentivos à utilização de organismos internacionais já constituídos no desenvolvimento da cooperação com “consórcios industriais”

4.2. DA FALTA DE EMPREGO ÀS VERDADEIRAS SOLUÇÕES

Primeiro que tudo, convém realçar que existem algumas boas medidas. O problema é a sua aplicação prática e a vontade política para o seu incremento com mais força na sociedade portuguesa.

Algumas medidas activas de emprego, educação e formação:

- ü Apoio financeiro à contratação por tempo indeterminado
- ü Criação do próprio emprego por subsídios
- ü Apoio à criação do próprio emprego
- ü Apoio técnico às pequenas empresas
- ü Modernizar com mais criação de emprego
- ü Gerir as reestruturações com reconversão profissional e protecção social
- ü Explorar os filões intensivos em emprego promovendo o desenvolvimento a nível local
- ü Reorganizar o funcionamento do mercado de emprego com novas políticas de emprego e formação
- ü Investir na Educação
- ü Investir na formação profissional e melhorar as competências e combater a exclusão social

O **apoio financeiro à contratação por tempo indeterminado** pretende incentivar as entidades empregadoras à contratação por tempo indeterminado de jovens à procura de primeiro emprego e de desempregados de longa duração.

No que respeita à **criação do próprio emprego por subsídios**, o objectivo fundamental é possibilitar a criação do próprio emprego por desempregados a receber subsídio de desemprego consistindo na concessão do montante global do subsídio de desemprego como financiamento da criação do próprio emprego, para além de um subsídio especial não reembolsável para elaboração, instalação e funcionamento do projecto.

O apoio à **criação do próprio emprego** pretende apoiar a criação do próprio emprego por jovens entre os 18 e os 25 anos e adultos desempregados de longa duração qualificados profissionalmente para o exercício de actividades independentes incluindo as artesanais.

Os candidatos devem comprovar a qualificação profissional para o exercício da actividade que se propõem a desenvolver e apresentar projectos que demonstrem viabilidade económica regional e sectorial.

O objectivo fundamental do apoio técnico às pequenas empresas permite o acesso a medidas de emprego e formação mediante a institucionalização de uma rede de consultores, assentando fundamentalmente na cooperação institucional entre as universidades, os centros de investigação, as empresas e as associações interessadas, mediante a celebração de protocolos.

A medida, de **modernizar com mais criação de emprego**, permite:

ü **desenvolver** programas sectoriais para a modernização, a qualificação e o emprego, que permitam fixar objectivos de criação de empregos e definir medidas de política sectorial e de segurança social.

ü **fomentar** relações de cooperação entre empresas, associações patronais e sindicais e instituições de educação e formação.

ü **promover**, com base em apoios técnicos e financeiros, novos modelos organizacionais e o desenvolvimento de uma gestão estratégica de recursos humanos e de uma gestão previsional de emprego nas empresas.

ü **incentivar** o investimento público e privado, em sectores intensivos em mão-de-obra, e apoiar a economia social, nomeadamente o sector cooperativo na medida que, ao apoiar as cooperativas está-se a contribuir para a criação e manutenção de postos de trabalho neste sector, visando o seu desenvolvimento através de apoios da natureza financeira que revestem a forma de empréstimos ou subsídios para a compensação de juros.

ü **promover** novas profissões e criar um regime de incentivos ao recrutamento de trabalhadores mais qualificados, tendo em vista a inserção no mercado de trabalho de jovens diplomados.

ü **apoiar** o desenvolvimento de bolsas de emprego regionais que respondam aos problemas de emprego ao nível regional e local.

ü **desenvolver** os serviços de apoio e consultoria às PME's com critérios económicos e de emprego bem definidos.

Por sua vez a medida, **gerir as reestruturações com reconversão profissional e protecção social** vem desenvolver, na óptica da formação ao longo da vida, programas de reconversão e requalificação profissional.

Esta medida permite também, que se estimule a preparação de planos sociais de empresa, de forma a não só amortecer os custos sociais das reestruturações, mas também a reinserção qualificante dos trabalhadores numa óptica previsional e preventiva, bem como incita ao apoio da consultoria especializada na área da reconversão com o objectivo de aumentar a capacidade social de gerir as reestruturações e reconversões de forma organizada, preventiva e participada.

Quanto à **exploração dos filões intensivos em**

emprego que promove o desenvolvimento a nível local, esta veio organizar dispositivos para identificar e difundir novos perfis profissionais e novas áreas de criação de emprego, quer nos sectores tradicionais, quer em áreas como a investigação e desenvolvimento, levando elaboração de planos de promoção de emprego, nomeadamente no âmbito das redes regionais para o emprego.

Esta medida vem definir um quadro de apoios ao desenvolvimento dos serviços de proximidade, bem como ao desenvolvimento de mercado social do emprego (MSE), apoiar iniciativas de formação profissional orientadas para a qualificação de recursos humanos e explorar todas as possibilidades de parceria a nível local entre o sector público e o sector privado.

O MSE entendido “como um conjunto diversificado de soluções para a integração ou reintegração socio-profissional de pessoas desempregadas com base em actividades dirigidas a necessidades sociais não satisfeitas pelo normal funcionamento do mercado”¹, promove o combate aos problemas de emprego, de formação, de pobreza e exclusão social.

O desenvolvimento deste tipo de mercado recai em políticas activas de emprego já que, por um lado, visa a inserção de pessoas desempregadas e, por outro, a satisfação de novas necessidades por vezes ignoradas pelo normal funcionamento do mercado.

De facto, o crescimento económico e social, a evolução dos modos de vida, a transformação das estruturas e das relações familiares e o aumento da actividade profissional feminina levaram à emergência de necessidades cuja satisfação é importante.

A partir destas surgiram áreas potenciais de criação de empregos, designadamente no apoio às famílias, às escolas, à valorização do património cultural, urbanístico e natural (serviços de proximidade), em que a melhoria das condições e qualidade de vida das populações tende a desempenhar um papel primordial.

Esta relação carências/ necessidades por satisfazer, abre oportunidades ao MSE, onde a dinâmica da economia solidária e da actuação de políticas de emprego pretendem reforçar: a partilha de responsabilidades, a participação das populações e de diversas entidades, o desenvolvimento de parcerias, a articulação entre a economia e a solidariedade, a componente formativa, a melhoria da empregabilidade, o estímulo à actividade empresarial, a criação de postos de trabalho efectivos, tudo com o intuito de enfrentar o desafio da promoção do emprego, da formação e da integração social num contexto de economia aberta.

É importante referir que a importância conferida ao emprego no mundo actual, transforma o desemprego numa situação de potencial marginalização.

Daí que o MSE enfatize a importância da integração socio-profissional de pessoas desempregadas através de diversas medidas onde é salientada a necessidade de uma progressiva auto-sustentação económica das actividades desenvolvidas e de autonomia e auto-suficiência das pessoas abrangidas pelas mesmas.

As medidas do MSE a ser incentivadas são as seguintes:

- ü Escolas – Oficinas
- ü Actividades enquadráveis pelo dispositivo Cheque – Emprego – Serviço
- ü Empresas de Inserção
- ü Actividades Ocupacionais desenvolvidas no âmbito da política de emprego – formação
- ü Iniciativas Locais de Emprego de carácter social

- ü Centros ou Unidades De Emprego Protegido
 - ü Actividades exercidas por modalidades de economia social, como sejam as cooperativas de produção e de serviços
- Todas estas medidas tendem a dar prioridade a determinadas actividades, as quais passo a enumerar:
- ü Apoio domiciliário a pessoas dependentes
 - ü Infantários, creches, jardins de infância
 - ü Unidades de cuidados continuados
 - ü Manutenção do parque florestal e prevenção de incêndios
 - ü Reabilitação do património natural, cultural e urbanístico
 - ü Animação turística e dos tempos livres
 - ü Formação socio-educativa e educação recorrente articulada com perspectivas de emprego
 - ü Desenvolvimento rural e multifuncionalidade na agricultura

A promoção do desenvolvimento a nível local permite também definir um programa de valorização das profissões artesanais.

Assim, com o apoio ao artesanato, pretende-se contribuir para a criação e manutenção de empregos na actividade artesanal nas categorias de jovens à procura de primeiro emprego, trabalhadores desempregados ou subempregados e deficientes.

Os apoios a conceber podem ter a forma de apoio financeiro, apoio técnico ou prestação de serviços.

Esta medida reforça a dotação de apoios técnicos e financeiros, as iniciativas locais de emprego e a micro-iniciativa empresarial.

No que se refere às iniciativas locais de criação de emprego (ILE), o seu principal objectivo consiste em fomentar o aparecimento de iniciativas geradoras de criação de postos de trabalho a nível local, com viabilidade económica e social.

Inicialmente as ILE's foram promovidas pelo IEF, mas posteriormente foram incluídas no programa IDL's, com apoios do Regime de Incentivos às Micro empresas e de acções complementares.

Com a passagem da gestão do programa para os Centros de Emprego, verificou-se uma promoção e actualização na selecção e formação prévia dos potenciais promotores em gestão de pequenos negócios, possibilitando a criação de emprego e o desenvolvimento local.

As ILE's constituem uma medida activa de sucesso com impacto regional e local, contribuindo duma forma sustentada para a promoção de emprego e enriquecimento do tecido empresarial.

Finalmente esta medida permite explorar as potencialidades do sector terciário, das PME's, e especificamente, do pequeno comércio, enquanto áreas privilegiadas de criação de emprego, pela criação de novas empresas, a par do incentivo à criação de estruturas comerciais associadas às produções locais/regionais.

Em relação à política a favor das PME's e ao encorajamento local de desenvolvimento deve referir-se que se encontram intimamente ligadas visto que existe uma grande concentração

do emprego neste tipo de empresas e que estas se situam, na grande maioria em regiões caracterizadas por uma base económica frágil e pouco estruturada.

Assim, pretende-se dinamizar a criação de redes e sistemas de informação e estimular o associativismo dos agentes económicos valorizando o potencial que as pequenas e médias empresas representam bem como dinamizar investimentos com impacto na melhoria das condições da vida das populações, valorizar o património local e divulgar oportunidades de negócios locais.

No âmbito desta medida visa-se também apoiar a criação de emprego na área da conservação e protecção da natureza e aumentar e alargar os incentivos para as regiões desfavorecidas de forma a promover a modernização e diversificação da base económica nas zonas rurais.

A medida **reorganizar o funcionamento do mercado de emprego com novas políticas de emprego e formação** permite:

- ü Definir uma política de estágios para jovens de todos os níveis de ensino que promova, a inserção profissional dos jovens, a adaptação das formações aos postos de trabalho e o reconhecimento e desenvolvimento das qualificações dos jovens por parte do mercado de trabalho.

- ü Melhorar os serviços de orientação e apoio à inserção dos jovens, interligando escolas, centros de formação profissional e centros de emprego, difundindo as unidades de inserção na vida activa, e promovendo a difusão da informação sobre as profissões e as formações disponíveis.

- ü Reforçar os programas de formação-emprego, de criação do próprio emprego e de jovens criadores de empresas, que facilitem a inserção profissional dos jovens.

- ü Promover medidas de incentivo à inserção das mulheres, em particular das jovens e das desempregadas de longa duração, através de benefícios financeiros no apoio à contratação, à criação de empresas, e às unidades de inserção na vida activa que adoptem estratégias específicas para a inserção das mulheres, e de medidas que contribuam para a eliminação da discriminação no trabalho e nas remunerações, e ainda para a conciliação da vida profissional e familiar.

- ü Dinamizar o funcionamento de unidades de inserção na vida activa (UNIVA), clubes de emprego e outras iniciativas e dispositivos de apoio à inserção social. Nomeadamente, o programa das UNIVA apresenta como objectivo assegurar uma maior dinâmica das unidades já existentes e criar outras, em especial junto dos estabelecimentos de ensino, pretendendo-se deste modo, acentuar e desenvolver as actividades de informação e orientação profissional para permitir, num contexto de reflexão, aprofundar junto dos jovens o conhecimento das suas aptidões, do meio envolvente e da capacidade e necessidade de tomar decisões.

- ü Melhorar a capacidade de resposta e a eficiência dos serviços públicos de emprego e formação, especificamente na sua articulação com as empresas e no acompanhamento individualizado dos desempregados, com destaque para os de longa duração, nas áreas da informação e orientação, formação e ocupação.

- ü Desenvolver programas de carácter não permanente e de interesse comunitário, conduzido por entidades sem fins lucrativos, dirigidos a desempregados sem protecção social, articulando-os com acções de educação e formação profissional vocacionadas para o desenvolvimento local.

- ü Promover medidas de política activa de emprego, nomeadamente, quanto à definição de programas de formação e apoio profissional, para os desempregados de longa duração, os portadores de deficiências, os sem-abrigo e os ex-reclusos.

- ü Desenvolver programas de incentivo à contratação de trabalhadores sem qualificação, com baixas qualificações ou com qualificações desfasadas do mercado de trabalho, que integrem uma formação qualificante.

- ü Rever os incentivos à mobilidade regional e sectorial ligando-os aos objectivos de desenvolvimento regional, de reordenamento do território e de reconversão sectorial, prevendo-se mecanismos articulados com projectos de investimento ou iniciativas locais de emprego, que atraiam e fixem as pessoas em zonas mais desfavorecidas, especialmente pessoas mais qualificadas.

- ü Melhorar os dispositivos de acompanhamento e avaliação, com vista a garantir uma maior eficiência e eficácia das medidas e da política activa de emprego.

A medida **Investir na Educação**, visa construir um sistema integrado de educação permanente que permita proporcionar a cada cidadão português, no decorrer desta década, um percurso educativo que compreenda, necessariamente, o acesso à educação pré-escolar, uma formação geral escolar longa, uma qualificação profissional inicial, e o acesso regular à formação contínua. Esta medida tem em vista:

- ü Adoptar medidas para dotar cada jovem de uma formação qualificante, isto é, garantir a possibilidade de acesso, a pelo menos, um ano de formação profissionalmente qualificante, após a conclusão da escolaridade básica.

- ü Garantir o acesso ao ensino, fazer todos os esforços para que os jovens cumpram a escolaridade obrigatória com sucesso.

- ü Adoptar medidas estruturantes que promovam uma melhor articulação entre a educação e a vida activa, através da generalização das UNIVA 's em estabelecimentos de ensino e o fomento de programas e protocolos de colaboração entre as empresas e as escolas.

- ü Reforçar as componentes de formação no posto de trabalho (estágios) no ensino pós-obrigatório, formando a oferta em função da contratualização com as organizações sociais do trabalho e de um criterioso diagnóstico de necessidade.

- ü Prevenir e combater o insucesso e o abandono escolar, de forma a aumentar as taxas de escolarização da população mais jovem, isto através, da implementação de medidas de reinserção escolar equilibrada, do desenvolvimento de centros de ocupação de tempos livres que garantam o acompanhamento dos alunos, e do desenvolvimento de programação de educação-formação.

- ü Assegurar a oferta de percursos educativos e formativos que permitam, aos jovens adultos que abandonaram prematuramente o sistema, a aquisição de habilitações académicas correspondentes ao 9º ano e mesmo ao 12º ano.

- ü Reforçar a ligação entre projectos de educação básica de adultos, e programas para desempregados de longa duração.

- ü Desenvolver o ensino superior universitário e o ensino superior politécnico, com o intuito de aumentar a qualificação da nossa mão-de-obra e assim promover o desenvolvimento socioeconómico do país.

- ü Desenvolver formas de interface entre o ensino superior, o tecido empresarial e a comunidade envolvente, tendo em vista a difusão da inovação, de recursos humanos avançados e o enriquecimento e adequação do conteúdo do ensino e da

Investigação e Desenvolvimento.

A necessidade de atenuar as assimetrias de Portugal em relação União Europeia, torna importante o objectivo de crescimento económico, do nível de vida superior da preparação de recursos humanos.

Urge a necessidade de valorizar os recursos humanos. Esta valorização passa por uma formação profissional que irá preparar os nossos recursos para um bom desempenho nas actividades económicas, assegurando a participação de todos do processo de desenvolvimento económico.

Surge assim a necessidade **de investir ainda mais na formação profissional e melhorar as qualificações**, que visa canalizar esforços e aumentar o número de trabalhadores com o nível de formação superior ao actual (em Portugal em 4 trabalhadores, metade pelo menos não têm qualquer formação profissional) evitando que o desemprego aumente e gerar novas competências para combater a exclusão social.

A estratégia de formação profissional baseia-se, principalmente nas seguintes linhas de orientação:

- ü Formação contínua dos trabalhadores ao, longo da vida activa articulada com a formação inicial dos jovens (ciclo escolar).

- ü Reforçar os dispositivos de formação avançada, isto é, da formação de quadros superiores e médios que possibilitem a modernização técnica, económica e organizacional das empresas

- ü Organizar programas de formação para a requalificação e a reinserção no mercado de trabalho da população desempregada ou em risco de desemprego, de acesso generalizado, combinando componentes de educação recorrente e de formação.

- ü Desenvolver o sistema de certificação, com base na especificação dos perfis profissionais decorrentes do levantamento de necessidades, no desenvolvimento de fórmulas modulares de formação e de unidades capitalizáveis e no reconhecimento mútuo das qualificações e competências certificadas.

- ü Melhorar as condições de acesso à formação profissional contínua por parte dos trabalhadores das PME's, reduzindo a comparticipação privada das PME's, com prioridade para as entidades promotoras de programas de formação anuais ou plurianuais e as estruturas associativas, e estimulando o acesso à formação por iniciativa individual.

- ü Favorecer as classes mais carenciadas (desempregados de longa duração, deficientes, mulheres e jovens entre outros), através do desenvolvimento de medidas e de programas de orientação ou reorientação, reabilitação e inserção de pessoas com necessidades especiais de educação e formação. Para que isto se concretize e seja uma realidade, serão necessários que se elaborem programas de formação e emprego para os grupos mais necessitados.

Quanto às **mulheres**, importa salientar algumas estratégias:

- ü Desenvolver os meios e instrumentos que permitam aumentar a participação das mulheres na formação, em particular infra-estruturas sociais para a guarda das crianças e adultos dependentes, e investir na formação de formadores e na adaptação das metodologias de formação às necessidades específicas das mulheres, no quadro do desenvolvimento de uma política de igualdade de oportunidades.

- ü Mudança de atitudes e mentalidades dos principais agentes (gestores de recursos humanos das empresas, formadores, conselheiros técnicos, etc.) no que se refere ao papel da mulher no mercado de emprego.

- ü Necessidade de aumentar os níveis de qualificação a fim de serem colocadas em termos de igualdade com os homens, adquirindo assim o mesmo estatuto e hierarquia das qualificações.

No que diz respeito aos **jovens**, a estratégia reside nos seguintes eixos:

- ü Promoção e inserção na actividade económica através de uma melhoria significativa das suas qualificações articulada com a experiência de trabalho.

- ü Criação de novas actividades económicas que possibilitarão aos jovens usufruir de trabalhos estáveis tendo em vista uma melhor adaptação e integração na sociedade.

- ü Realização de tarefas difíceis e de utilidade colectiva para melhorar a situação dos jovens perante o mercado de trabalho.

No que se refere aos **desempregados de longa duração** as linhas de acção são as seguintes:

- ü Criar novas actividades económicas a fim de os integrar em postos de trabalhos estáveis. Para além da criação de novas actividades económicas, existe o objectivo de promover a sua reconversão com vista a uma maior mobilidade profissional e sectorial, motivando assim a sua reinserção na vida activa.

- ü Programas de ocupação temporária para eliminar a sua marginalização na vida activa, na perspectiva de compensar os efeitos negativos do desemprego.

Quanto ao grupo constituído pelas **pessoas deficientes** a actuação será feita em torno de três eixos:

- ü Implementar e desenvolver, ao nível da população, modelos de formação profissional que potenciem as capacidades residuais de cada um para permitir o melhor aproveitamento dos recursos.

- ü Criar incentivos financeiros, ao nível do sector empresarial, a par com medidas de apoio de forma a identificar potenciais empregadores que eliminem gradualmente a discriminação de deficientes a determinados sectores de actividade.

- ü Ao nível da comunidade devem-se promover iniciativas locais, principalmente a nível de respostas não enquadráveis no sistema produtivo, com o fim de integrar uma parcela da população que tem maiores dificuldades de integração devido às suas limitações.

O papel da formação na coesão económica e social é bastante importante. Um dos principais problemas dos nossos dias é o desemprego e, a forma como ele afecta toda a sociedade.

A existência de grandes desigualdades no que diz respeito à formação e sua carência cria um contexto que pode originar o surgimento de grandes clivagens no tecido social.

A tendência presente para o aumento dos excluídos por via do desemprego é bastante preocupante. Esta atinge principalmente pessoas com baixos níveis de qualificação (BNQ's).

A formação deve ter um papel de prevenção face a esta problemática. O papel preventivo reflecte-se em iniciativas que evitem o aparecimento de novos BNQ's. É no sistema escolar que é mais necessário actuar.

Torna-se imperativo evitar o abandono precoce dos jovens do sistema escolar sem terminar a escolaridade obrigatória. Uma solução já ensaiada é a existência de currículos alternativos mais adequados a certas situações específicas, que motivam mais os alunos.

As empresas podem desempenhar um papel muito importante pois devem proporcionar aos seus trabalhadores acções de reciclagem profissional, (onde se actualiza ou adquire novos conhecimentos dentro da mesma profissão), ou mesmo de reconversão profissional, (dar uma qualificação diferente para o exercício de uma nova actividade profissional).

O principal objectivo é evitar que os trabalhadores fiquem desactualizados e sem as competências necessárias a um bom desempenho profissional.

Deste modo, previne-se a situação em que se uma pessoa é despedida se torna num potencial excluído por falta de qualificações e competências.

O estado no âmbito das suas competências deve promover uma cultura de formação ao longo da vida, que em Portugal ainda é muito superficial. Visa-se assim que os recursos humanos estejam sempre actualizados e prontos para desempenhar uma profissão.

A aposta na formação ganha mais destaque no presente, pois estamos num período de transição paradigmática. Nunca como hoje surgiram novas competências com tanta rapidez.

As novas tecnologias da informação e da electrónica revolucionaram a sociedade, conseqüentemente as competências. Quem não se actualizar corre o risco de ser excluído do mercado de trabalho e, em última análise da sociedade.

Conclui-se desta forma, que a formação desempenha um papel importantíssimo na prossecução da coesão económica e social.

A base de um modelo de desenvolvimento integral e dinâmico, está numa correcta articulação das políticas económica e social através da orientação da política económica pelo objectivo do progresso social.

A política social deve ser entendida como um dos vários factores envolvidos na disputa em torno da questão da competitividade, nada permitindo que ela seja transformada no bode expiatório das presentes dificuldades europeias.

Os governos e os parceiros sociais devem juntar-se e tomar iniciativas reformadoras no campo da política social.

No futuro, o reforço do emprego e as políticas sociais ajudarão a reforçar o seu impacto na coesão, bem como a credibilidade da União, que depende muito de conseguir níveis aceitáveis de emprego e oportunidades para todos os cidadãos.

É necessário também observar as políticas sociais como um factor produtivo, com potencial para aumentar a

competitividade e o crescimento, dando apoio essencial aos que correm o risco de uma reestruturação e de mudança económica, bem como contribuindo para a flexibilidade do mercado de trabalho.

Isso implica definir um novo equilíbrio onde as políticas económicas e sociais se reforçam mutuamente, onde a prossecução da coesão social fortalece mais do que enfraquece a actuação económica e os direitos sociais.

4.3. Protecção Civil (preparar o Verão de 2005)

Inspirado pela calamidade dos incêndios florestais que têm assolado o nosso país, avanço com propostas de mudança, porque não podemos ficar quietos observando a destruição do ambiente, dos nossos recursos naturais, que constituem a nossa riqueza por excelência.

Convém referir que a título de exemplo, que o Verão de 2003, foi o maior desafio operacional que os corpos de bombeiros de Portugal enfrentaram nos últimos 30 anos. Se a isto juntarmos o Verão de 2004, concluiremos que algo há a fazer.

Cerca de 3 Milhões de hectares de floresta já arderam desde 1980 a esta parte, que deixaram sem dúvida Portugal mais pobre.

Para além disso, existem os fumos e gases tóxicos que entraram na atmosfera, altas taxas de emissão de dióxido de carbono, químicos tóxicos, destruição de habitats, erosão nos solos... a isto se juntam vítimas mortais e elevadas perdas que facilmente se percebem ao nível da biodiversidade.

Inevitavelmente sem dotação de um corpo doutrinário maturado e de um conjunto legislativo credível, acompanhado de meios técnicos estruturais imbuídos de vontade política, é impossível avançar.

Por outro lado, sem uma correcta articulação do poder central em conjunto com as autarquias que estão no terreno e mesmo da organização popular, espelho da sociedade civil, é de todo também ineficaz toda uma política de combate aos incêndios.

Primeiro, a meu ver a criação do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, (SNBPC) não foi a mais correcta, pelo menos nos moldes em que foi feita, que se resumiu a uma soma aritmética do Serviço Nacional de Bombeiros com a Protecção Civil, sem enquadramento doutrinário estudado, sem visão de futuro.

Mais grave ainda, o nível municipal "desapareceu" como por um passe de mágica.

Mas não se pode "chorar sobre o leite derramado", pois seria "pior a emenda que o soneto".

O SNBPC é uma realidade e o que urge fazer é dotar em primeira instância o Centro Nacional de Operações e Socorro (CNOS) de meios técnicos e humanos ao nível do que se pretende, que é afinal um Centro que constitua a alma de todo o sistema.

Existem graves falhas a resolver:

ü A falta de um Sistema logístico de apoio às operações

de socorro.

- ü Urge elaborar um Plano de Equipamento dos corpos de bombeiros que modernize a sua frota e restantes equipamentos de norte a sul do país.

- ü É preciso dotar de qualificação (estratégico, tático e relativamente a manobras), os recursos humanos existentes e formar novos.

- ü Criar ou adaptar um Sistema de Informação Estratégica e Pública, que necessariamente terá que contemplar pessoal qualificado.

- ü Resolver as falhas no Sistema de Comunicações de Emergência e no Sistema de Direcção de Operações e Comando, especialmente em grandes calamidades.

- ü Falhas graves na coordenação da Protecção Civil no seu todo assim como uma redefinição de tarefas clara e adaptada à realidade.

- ü Urge normalizar a uniformização dos equipamentos de rádio das viaturas de socorro.

Mas falemos dos meios aéreos.

Se hoje em dia temos a clara noção da sua importância, é no entanto de resolver os seguintes problemas:

- ü Falta de articulação com a Força Aérea que em termos formais e mesmo operacionais pode ser decisiva.

- ü Desnível qualitativo dos pilotos quer dos pedidos de apoio internacional, como mais grave ainda, das aeronaves contratadas.

- ü Elevado procedimento burocrático no accionamento de meios aéreos.

- ü Falta de uma plataforma de coordenação entre aeronaves e meios terrestres, essencial para a resolução da catástrofe.

Mais. Sendo o Corpo de Bombeiros em Portugal fundamentalmente constituído por voluntários, é inaceitável que não seja instituído um quadro de regalias a quem dá a vida se for necessário, a troco de nada.

Em síntese, e porque muito mais haveria a dizer, é necessária uma aposta política séria no que concerne a este campo, ou então rapidamente se dará a destruição do nosso património ambiental.

Algumas possíveis medidas:

- ü Atribuição de benefícios fiscais às entidades empregadoras dos bombeiros voluntários, nomeadamente no que diz respeito à facilidade na participação em acções de socorro ou formação.

- ü Criação de um Centro de Estudos e Investigação que funcione ou não em paralelo com a Escola Nacional de Bombeiros.

- ü Criação de um novo Quadro de Financiamento dos Corpos de Bombeiros e de todo o Sistema.

- ü Instituição de um Corpo Mínimo de Socorro em permanência em todos os Bombeiros Voluntários do país, que possa resolver com rapidez e eficácia situações de emergência em termos regionais e nacionais.

- ü Aposta ainda mais forte nas campanhas de prevenção, no que versa à sensibilização e informação à população.

- ü Incentivo formal a uma ainda maior participação das Forças Armadas, em matérias que não abranjam o combate directo aos incêndios.

- ü Existência de Apoio logístico efectivo aquando do cenário de calamidade.

V Muita paucis

5.1. Como é que isso se faz:

É inteligente manter sempre a diferença entre Governo e o Partido!

Coisas há que devem ser ditas por quem está no Governo e outras a quem deve ser destinada a palavra aos representantes do Partido Social Democrata.

Porque o SENTIDO DE ESTADO, aconselha a que no exercício do cargo, o país esteja sempre em primeiro lugar. E no Governo, a todos representamos, sejam eles do PSD ou de outro Partido qualquer.

Mais.

O PSD governa em coligação com o CDS/PP e sem dúvida que não se pode esvaziar numa coligação, que se ao país beneficia, ao PSD não pode beneficiar.

Daí, manter as diferenças.

Isso só reforçará a credibilidade do Governo formado para governar e a do próprio PSD que não pode abandonar as suas bandeiras, as suas posições, a sua forma de estar, que sem dúvida alguma é diferente da do CDS/PP e ainda bem.

É uma coligação forte, mas não um Partido forte que se apresenta a Portugal nos dias de hoje.

Um PSD esvaziado no poder governativo, que precisa de voltar às ruas, de voltar a ter discurso, de assumir as suas posições, para que conquiste o povo que ainda não está conquistado, para que explique tanto que por vezes urge ser explicado, para que não perca a sua identidade e reconforte os seus militantes e simpatizantes.

5.2. Formar para Ganhar

Se a Política é o Governo da nossa Comunidade, então todos somos políticos.

Mas é inquestionável, que há militantes e dirigentes do Partido Social Democrata, que fazem da Política o seu dia-a-dia, e se comprometem quotidianamente com as suas funções e com as suas causas.

Com muito orgulho!

Mas é um facto inofismável que o jovem político, e até mesmo quadros do Partido Social Democrata, padecem do que poderemos apelidar de "iliteracia política e cultural".

Desconhecem a perenidade e a profundidade dos valores que defendem, a história do Partido e da Democracia a que pertencem, o trajecto que tantos percorreram, o suor de jovens gerações anteriores... enfim, a História.

E não há Futuro sem valores nem memória!

A mensagem só poderá ser transmitida, quanto melhor for apreendida.

Do que nos serve dizermos que somos social-democratas, se desconhecemos o porquê de não sermos liberais ou conservadores?

Porque é que defendemos uma visão política que se convencionou não ser de esquerda?

E o que é isso de se ser de centro-direita nos dias de hoje?

Formar para ganhar, e afinal, com consciência, com orgulho e com clareza, saber defender a nossa bandeira onde quer que seja, com conhecimento de causa.

As Ideologias não morreram. A Globalização e o Livre Mercado não podem ser os novos Deuses a quem prestamos culto no altar do Efémero.

Existem valores, causas, princípios. Existe um Futuro para construir e não um destino para acatar!

Por um PSD formado com clareza, ciente do seu papel e da relevância que lhe assiste, no cenário deveras preocupante do

Portugal de hoje.

MAIS ESCLARECIMENTO, MELHOR ACÇÃO!

5.3. Falar a verdade

Que papel histórico estará reservado ao PSD e ao seu líder no contexto actual?

O de desenvolver processos procurando a qualidade total, mas sempre falando a verdade.

A causa primeira e o fim último da política, são as pessoas em concreto e não os conceitos em abstracto.

Que se prometa o que se possa efectivamente cumprir e que o PSD continue a falar verdade apesar das dificuldades.

É isto que se espera do Presidente do Partido e nosso 1º Ministro.

Força Dr. Pedro Santana Lopes.

VI Papiamus, amici,/ occasionem de die

“Por uma JSD na vanguarda de um Portugal de Futuro”

6.1. Porque é a JSD essencial?

A JSD TEM QUE MARCAR O RITMO DO PRESENTE E CONSTRUIR OS RITMOS DO FUTURO

Mais que o direito, a JSD tem o dever de discutir e transmitir, a sua visão do país e mais concretamente do que diz respeito ao Partido Social Democrata e da sua estratégia de Intervenção Política, disponibilizando--se desde já a contribuir para o necessário, urgente e profundo debate interno nas estruturas da JSD, quotidianamente, como assim deve ser numa Organização Política assente na Democraticidade Interna e na diversidade das opiniões.

Com o contributo de todos, este congresso marcará uma JSD e um PSD ainda mais virados para a modernidade e abertos aos novos tempos, que sem apagar as referências da memória que forjou a sua identidade, olha para o Futuro com ainda mais ânimo e com mais confiança.

A JSD deve continuar esta grandiosa obra que é construir, quotidianamente pela militância, uma Organização Política de Juventude, que cresce connosco, com um grande Presente e com um melhor Futuro.

Porque a missão da JSD não é uma tarefa de grupo, o ritual de uma tribo, ou a mera expressão de um sindicato interno. *A missão da JSD deve ser uma missão de comunidade, que não olha para ninguém em especial, mas que visa todos os jovens em particular.*

Hoje, no nosso Mundo e no nosso Tempo tudo esta em causa!

Por isso temos de encarar a realidade de frente. Sem receios! Encontrar novos caminhos e uma nova atitude de total compromisso com as aspirações e os direitos dos jovens do nosso País.

A JSD deve ser pelo salutar debate de ideias e pela expressão da generalidade das opiniões, que culminem no consolidar da JSD como a única Organização Política de Juventude (Democrática) de referência positiva para os jovens portugueses.

A JSD deve ser ainda mais forte e determinada no combate às injustiças sociais e na procura de um futuro melhor para os jovens.

Não pode perder o seu tempo em conflitos mesquinhos nem em disputas intermináveis na “procura do poder pelo poder”, na sede do “lugar pelo lugar”.

A JSD tem consigo muitos jovens de convicções, dispostos a lutar pelas causas em que acreditam, sem cedências a consensos fáceis e a desculpas paralisantes.

A sua intervenção política não se pode basear na diluição de responsabilidades, mas sim, na maior responsabilização de todos, no respeito pelo espaço de acção de cada um.

ESTRATÉGIA, IDEIAS, PROJECTOS, ACÇÕES CONCRETAS !

CONSOLIDAR

6.2. Jamais trair os Jovens Portugueses

A Juventude Social Democrata não é só a juventude do Partido Social Democrata. É muito mais do que isso.

Sem dúvida que os militantes da JSD amam o Partido ao qual orgulhosamente pertencem e onde perfilham a mesma ideologia, mas não deve ser uma mera escola de quadros do PSD, qual redutora “perspectiva carreirística da política”, subversora das mais nobres convicções de um jovem.

Lealdade não significa servidão. Autonomia não implica o distanciamento.

A JSD deve ser de facto a vanguarda do PSD. E ser vanguarda é ser de facto a consciência crítica e interventora que o PSD precisa. Ser vanguarda implica uma Organização Política operadora na realidade e não um mero instrumento teórico.

Da JSD devem surgir os verdadeiros representantes dos Jovens junto do Poder e não os comissários políticos do Poder junto dos Jovens!

E aqui se deve marcar a diferença das demais Organizações de Juventude Partidárias.

A JSD não deve nunca ter medo de recordar os motivos da sua existência, na defesa dos jovens, na resolução dos seus problemas, na edificação de um Projecto Jovem e para os jovens. A JSD nunca poderá estar alheia das suas preocupações, dos seus receios e das suas dificuldades.

A JSD não poderá nunca perder de rumo a sua Missão :

- Construir um Futuro que permita as novas gerações viver com dignidade e ascender a felicidade.

6.3. Passar a Mensagem

Sabem os jovens portugueses o que defende a JSD?

Os jovens do campo e os da cidade, do Norte e do Sul, do Minho ao Algarve, dos Açores e da Madeira, terão consciência do que a JSD faz por eles no dia a dia, em cada Núcleo, em cada Secção?

A JSD elegeu Deputados que dão a cara no Parlamento, que defendem os jovens por um Portugal melhor.

A JSD tem autarcas espalhados por todo o país que se preocupam com o quotidiano das suas Freguesias, dos seus Concelhos, dos seus Distritos...

Todos os militantes da JSD e do PSD têm decerto orgulho em serem social-democratas!

Mas há igualmente que passar a mensagem. Há que, arrojadamente, falar ao coração e à razão dos jovens, transmitir o que se pensa, o que se propõe e o que se defende.

Há que explorar todas as possibilidades que se nos oferece uma relação de abertura, com todos os sectores da população jovem que não se revê no actual estado das coisas, relação essa baseada no respeito mútuo e na livre e mútua exposição das ideias e das diferenças.

Nunca a pensar só em nós, mas sempre a pensar no país e no PSD que grandiosamente tem obra feita!

Porque, no nosso País, os jovens merecem e porque todos temos orgulho em sermos social democratas!

A JSD deverá constituir-se como um decisivo agente dinamizador e impulsionador do processo de afirmação política e social da juventude portuguesa.

A JSD deverá constituir-se como uma grande força mobilizadora das energias debilitadas pelo marasmo governativo do anterior executivo que pertenceu ao Partido Socialista do “fugitivo” Eng^o Guterres e auxiliar o Governo liderado pelo Dr. Pedro Santana Lopes a levar Portugal a bom porto.

A JSD deverá constituir-se como uma eficaz estrutura impulsionadora de energias e de combate às desigualdades que vão fazendo esmorecer a nossa Sociedade e que vão comprometendo o nosso Futuro.

A JSD terá de ousar!

A JSD terá de contestar toda e qualquer cultura generalizada da submissão ao mais fácil, ao mais imediato, ao mais efémero, ao mais ilusório!

As suas ideias, deverão ser verdadeiras palavras de ordem, isto é, na etimologia da expressão, mensagens para concretizar.

Ou seja, planos para cumprir !

Planos de mudança!

6.4. Um Militante, um Contributo

O PSD e a JSD são grandes, mas jamais serão grandes o suficiente!

Mais uma voz, mais uma ideia, mais um sonho, mais uma vontade!

Somos hoje muitos militantes do Partido Social Democrata e da Juventude Social Democrata, mas seremos sempre poucos para que a nossa mensagem seja a mais forte.

Seremos mais ricos tanto em número como em qualidade, quanto mais abrimos aos outros, quanto mais ouvimos as suas posições, quantos mais debates fizemos, quanto mais militantes aderirem à nossa causa.

Urge pois uma massiva campanha para que mais jovens se filiem na nossa JSD, para que mais vozes se juntem a nossa voz.

A JSD deverá fazer uma campanha nacional de adesão de novos militantes e desafiar desde já, as outras Organizações Políticas de Juventude, a fazerem o mesmo!

UM (JOVEM) MILITANTE DE CAUSAS DEMOCRÁTICAS É UM (JOVEM) CIDADÃO EMPENHADO.

6.5. Detectar capacidades, Integrar na estrutura

Actualmente, quando chegado a JSD, o novo militante desconhece por inteiro o funcionamento da sua estrutura e o campo de acção que lhe é inerente.

Como qualquer instituição ou organização política ou social, a JSD é também um aparelho burocrático e administrativo onde as lógicas internas de funcionamento nem sempre reproduzem os princípios enunciados nem prosseguem os objectivos que lhe deram origem.

O aparelho não pode destruir ambições, impedir capacidades, calar opiniões, fazer esmorecer energias!

Por isso há que garantir que a JSD seja cada vez mais uma Organização transparente, participada e aberta, com lugar para a inovação, onde o modelo organizativo interno seja um instrumento de apoio e não uma barreira desmotivadora.

Cada novo militante constitui um potencial protagonista e um futuro líder de opinião.

Há assim que integrar todos aqueles jovens que, respeitando a identidade e as regras que nos regem, a nós desejem aderir pela via da JSD, num enquadramento assente no respeito pelo espaço natural e potencial de intervenção de cada um, de forma a poder potenciar-se o capital político individual, para o final contributo do todo.

Deve a JSD saber perscrutar as capacidades de cada um, numa perspectiva aglutinadora de esforços conjuntos para fazer mais, mas acima de tudo melhor.

A coesão só pode derivar de um acompanhamento

constante de todos os militantes sobre a acção política da JSD.

Só assim nascerão novos quadros de futuro com bases sólidas, para prestarem o seu contributo à JSD e ao PSD, e à Juventude e População Portuguesa.

TODOS SOMOS POUÇOS!

6.6. Síntese do papel da JSD e motivação

A política de juventude deve claramente afastar a visão paternalista da actuação dos poderes públicos para acolher o princípio da autonomia. Há que conferir-lhe carácter global e integrado!

É tempo de inverter a tendência crescente de afastamento da população em conferir crédito aos políticos e aos seus objectivos. E isso tem necessariamente de constituir um trabalho de fundo nas camadas mais novas da população que são evidentemente os jovens.

Por isso as Organizações Políticas de Juventude são indispensáveis e o seu papel deve ser levado a sério.

A Política também se constrói com os Jovens e por isso, a JSD não pode jamais esquecer o seu papel na defesa dos interesses dos jovens de Portugal.

Vivemos, actualmente, numa sociedade fortemente influenciada pelos meios de comunicação social, sem esquecer a Internet e a importância do computador e demais novas tecnologias a ele associadas.

Um outro factor que tende a caracterizar esta sociedade pós-industrial é sem dúvida o stress, provocado por um ritmo de vida muito rápido, quase sem repouso, que implica a falta de tempo para se poder dedicar, a fundo, a outras actividades, para além das estudantis e profissionais.

Este novo mundo e propício ao desenvolvimento da lógica, que decorre da demonstração de eficácia e rendibilidade das coisas, em detrimento da ideologia, que exige uma postura mais reflexiva.

Desta forma, a opinião pública e a classe jovem, entendeu então, que as ideologias já não são capazes de conceber o mundo real, isto é, estão desactualizadas.

Esta postura é verificável por um conjunto de fenómenos sociais da nossa sociedade, que podemos chamar de Apatia Política por reflectir uma indiferença quase total do jovem português pela política, e que é exemplificada pelos seguintes indicadores:

• **Êlevadas taxas de abstencionismo do eleitorado jovem**

• **Diminuição da adesão em massa da participação em partidos políticos e juventudes partidárias**

• **Queda de entusiasmo pela retórica e pelos discursos políticos**

• **Despolitização dos ócios: extinção das tertúlias e clubes de índole política ao invés do seu fomento**

• **Sociedade Juvenil mais técnica e burocrática;**

Como fugir a isto?

Como credibilizar a classe política junto do eleitorado? Cumprindo promessas eleitorais, estando próximo dos cidadãos, ouvindo as suas aspirações e as suas ideias, dialogando mas decidindo, e indicando uma linha de rumo com segurança.

DINAMIZAR OS JOVENS PARA MOVIMENTAR O PAIS!

Compete aos jovens a mudança e a procura de um novo caminho, enraizado na essência que nos caracteriza e que nos move, na luta pelo sonho, na perseguição do Portugal que queremos e que acreditamos ser possível!

VII Invisurum aliquem facilius quam imitaturum

O objectivo que se coloca ao PSD nas próximas eleições autárquicas, não pode ser outro que não o de vencer as eleições autárquicas na maioria dos municípios e reforçar o seu peso eleitoral.

GANHAR SEM QUALQUER MARGEM PARA DÚVIDAS:

- Vencendo as próximas Eleições Autárquicas, reforçando o número de Câmaras Municipais, obtendo mais Juntas de Freguesia, mais Mandatos e mais Votos.

A escolha dos Presidentes de Junta de Freguesia indicados pelo PSD, deve recair em quem se reconhece capacidade, empenhamento e dedicação às populações.

Da mesma forma terá necessariamente que ser feita a escolha dos candidatos a Presidentes de Câmara.

Atenção às Concelhias e às Secções deverá ser ministrada com realce, sem todavia esquecer o espelho da vontade das populações.

O PSD deverá propor candidatos identificados com o seu espírito de militância, a sua combatividade e dinamismo e com provas dadas de *dedicação cívica à comunidade e com reconhecida capacidade política*.

Deverá ser dada uma componente forte de formação ao maior número possível de militantes do PSD, de modo a que no futuro, cada candidato possa protagonizar com inteira dedicação a sua candidatura, em defesa das populações, mas igualmente com conhecimento das tarefas que lhe são inerentes.

No processo de designação interna das diversas candidaturas do PSD deve ser dada particular relevância a factores como a *assiduidade*, a *qualificação*, a *efectiva disponibilidade* e a *conformidade com as deliberações dos órgãos competentes*.

VIII Ad impossibilia nemo tenetur

Penso que não.

Ou talvez muito poucos.

E é pena. Mas outra das questões que se prendem com a realização dos Congressos, é o tempo de apreciação das moções discutidas, e mesmo da sua apresentação, que não permitem uma reflexão séria e ponderada sobre o seu conteúdo.

Talvez fosse altura de pensarmos noutra tipo de modelo para os Congressos.

Já que igualmente outro modelo foi adoptado no que concerne à estratégia da realização dos tradicionais comícios de *rentrée*, e a meu ver, bem.

Muito mais poderia ter sido dito e escrito, inclusivamente noutras áreas de actuação, mas como em tudo na vida e em nome da qualidade, optei pelos temas que a meu ver me parecem mais “gritantes”.

De qualquer forma, o dever está cumprido e as regras são estas.

Quem faz o que pode, a mais não é obrigado.

Viva o PSD.